4

A EMPRESA E O DIREITO DO

pennyer no século XX. Problemas que surgem, hierarquicamente organizadas, com a Transformação g a empresa uma sociedade de pessoas que graphidade de produzir utilidades ou benefícios. pefinição e conceito de empresa. trabalham,

14 B

pistingulmos na empresa três elementos subs-

tancials

- a) trabalho;
- organização;
- direção.

Esse Pode o escopo de lucro não é de se exigir. a empresa ser lucrativa ou não lucrativa. detalhe é acidental.

A organização do trabalho é sempre imprescindivel. Não há organização sem direção. o Direito do Trabalho tem por objeto regular a prestação de serviços efetuados na empresa para a consecução dos seus objetivos. Evidencia-se sua vinculação ao conceito de empresa, o qual, na realidade, é o núcleo central de onde provem o seu desdobramento. Pode-se dizer, com a maior segurança, que o Direito do Trabalho se desenvolve e se aperfeiçoa en função das transformações que a empresa sofre por força da evolução da sociedade. No século XX, em conseqüência do progresso da técnica, a evolução econômica foi muito grande. A paisagem social se transforma freneticamente, com inevitáveis repercussões nos hábitos, ostumes e modo de vida.

A propriedade da empresa se transfere para os acionistas, sendo que A disjunção entre propriedade e trabalho, Ma direção é atribuída aos empresários. degraçadamente, se acentua.

dedades anônimas e em autarquias, que vieram a constituir a instrumentalização jurídica que veio As grandes empresas se organizaram em soprevalecer no cenário da economia moderna. (*) Roberto Barretto Prado é Membro da Academia Na-Diciolo, de Direito do Trabalho e da Academia Paulista de

ROBERTO BARRETTO PRADO (*)

Comparato, grande jurista, especialista em Direito nimas trouxe problemas dos mais graves. Konder O imenso desenvolvimento das sociedades anô-Comercial, nos dá retrato eloquente do que ocor-

dicional classificação das sociedades mercantis "De resto, foi o surgimento da sociedade a forma da grande companhia colonial, que deu origem historicamente à traem sociedades de pessoas e sociedades de caanôn'ma, sob

nalização em virtude da atuação das sociedades pessoal entre acionistas (affectio societatis). primeira parte, o quadro acionário da grande sociedade anônima acusa acentuada desperso-Aliás, como mostramos logo no início dessa sarial — e não em razão do relacionamento que importa relembrar aqui é que a formando-se em gigantesco mecanismo de poder econômico despersonalizado, tanto no que se refere aos seus acionistas quanto no que tange à relação econômica entre o capital e o tracledade propriamente dita. Como a fundação, função do seu objeto - a exploração empremacro-companhia acentua ao extremo essa pre-Nessas condições, sua estrutura se aproxima muito mais da fundação do que da soa macro-companhia subsiste unicamente dominância das co'sas sobre os homens, e dos fundos de investimentos. balho.

res, o dos trabalhadores, e também o da coletividade em geral representada pelo Estado." ("Aspectos Jurídicos da Macro-Empresa", págs. diferentes interesses que convergem na macroo dos empresários, o dos investidode empresa privada, com a natureza institu-Só e.e, com efeito, Tudo isso encarece a conveniência de se criar na lei um estatuto opcional para a granpermite equacionar num quadro racional cional e não societária.

bém sentiu esse problema. Suas palayras mere-Orlando Gomes, com o brilho de sempre, tam-87/89).

cem ser transcritas:

con-

sado não correspondem mais à realidade dos cebidas e fecundadas no curso do século pasfluir na organização das relações de trabalho, peito de sua inadequação, tais idéias continuam dias presentes. Não obstante, continuam a incondensadas em fórmulas caducas. Mas, a desa se projetar sobre a realidade nova, ofuscan-"As idéias que, no particular, foram

do-a em vez de clareá-la.

pecto de senilidade, que contrasta vivamente A perpetuação dessas concepções imprime às instituições do Direito do Trabalho um as-

com o viço de sua compleição juvenil.

tituições trabalhistas vigorantes na atualidade. cristalizaram-se, porém, num meio econômico diferente daquele em que se estruturou e que está adquirindo forma própria no século XX." Foram essas idéias que informaram as ins-(Orlando Gomes, "Direito do Trabalho, pág. 37).

pregador. Este seria a empresa, e o empregado Os estudiosos do Direito do Trabalho se relei brasileira adota essa distinção (arts. 2° e 3° ferem, frequentemente à despersonalização do em-Consolidação), sem entrar em maiores indagações, e sem aco.her distinções que seriam ima pessoa física que presta serviços contínuos. prescindivels.

O concelto de empresa é diversificado, quer quanto ao seu objeto, quer com relação a quantidade de pessoas que nela trabalham.

E é por essa razão que se justifica a introdução de normas específicas que venham regular o seu funcionamento, inclusive no tocante às atividades do seu pessoal.

Entendemos que a lei deve dispor sobre normas genéricas de trabalho, assegurando aos empregados direitos fundamentais, que se aplicam a generalidade das empresas.

Nada de casuísmos. É de se respeitar a realidade sociológica dos variados organismos de produção. As normas específicas de trabalho devem provir dos acordos coletivos ou dos regulamentos da empresa. O pluralismo jurídico é sadio sendo que estimula a produção e vem de encontro às necessidades dos traba.hadores.

Reconhece-se a necessidade de se dar nova estrutura na organização das empresas. Observa--se tendência universal nesse sentido.

A Comunidade Econômica Européia recomendou aos Estados-membros, em 1957, a organização dos Conselhos de Empresa e ainda a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Superinten-

nezes, em seu importante estudo sobre a Co-gestão Como bem esclarece Geraldo Bezerra de Me-

como ocorre de acordos coletivos, como se obsersa in a se obsersa Didos, Canada, ni Revista LTr. vol. 51, nº 6, Junho de 1981 nha; ou de Bstados Unidos, Canadá, Dinana, o Suécia (cf. LTr. 44-9/1.070 c outras mouera resultam de dispositivos de le la Alemanha, França, Itália, de le le o outras modalidades de participação, os contras resultam de dispositivos conse. na Inglaterra, Dhana (cf. LTr. 44-9/1.079-1.084).

Os Conselhos de Empresa exercem importantes Os comercias ao pessoal da sociedade, in clusive em matéria social e de assistência,

ção da empresa, sendo informados dos negocios Participam como órgãos consultivos da dire. objetos de deliberação.

Certo é que existe variedade nos modos de organização dos Conselhos de Empresa, en de. corrência dos vários textos legais vigentes nos respectivos países, e das normas que tiverem sido objeto dos acordos coletivos.

Os Conselhos de Empresa cooperam com a Ihistas que surgem, principalmente no tocante às obras sociais, destinadas a atender às necessida. Administração na solução dos problemas traba. des dos trabalhadores e suas famílias.

titui problema dos mais dificeis. Os sindicatos sempre procuram interferir na solução desse problema, que é delicado, eis que pode atentar con-O processo de escolha dos seus membros constra a autonomia das empresas.

res de gestão apenas no tocante às denominadas tas fornecidas pelos sindicatos. No que toca à administração da sociedade os Conselhos são apenas órgãos consultivos, sendo que exercem pode-Segundo o sistema francês, sempre acatado pelos países civilizados, a escolha é feita pelos empregados dentre os nomes componentes de lisobras sociais. A solução alemã é mais completa. É maior a participação dos empregados, e melhor se assegura a autonomia das empresas.

as pessoas esco'hidas pela assembléia dos acionistas ou dos sócios. Cargos executivos, principalmente no que toca ao relacionamento da empresa com o seu pessoal, são privativamente repor o Conselho de Administração, conjuntamente tos. Participa efetivamente da administração da sociedade, indicando representantes que irão com-O Conselho de Empresa é escolhido pelos empregados, sem qualquer interferência dos sindicaservados aos que trabalham na organização. com

Os sindicatos e os problemas da empresa moderna

Reconhecemos a grande importância dos sindicatos na formação e desenvolvimento do Direito do Trabalho.

Seu apogeu se deu no século XIX. Na sodie dade liberal, — eliminadas as sociedades interme-

Bevista L.Tr. didrias, colocac na navia mei protect explanation of the protect o prosse comun nada excessive No século uramente se " habalhadores nária e nas I As Const pilulo aos dir tes as questo Tudo isso guido por fo. sindicais.

o proble major incide mo consequ Estado na io grande I diversificam, a ordem jur

A empr não pode so e pequenas, empregados téncia e n presas.

Deve o mento das gração dos Reconh seus própri cipação ser A autonon missivel qu externo su Cumpr gerais da gativa de

gramente se altera. Os direitos fundamentais dos No século XX a situação aos poucos e gradagranda são reconhecidos na legislação ordinaria e nas normas coletivas de trabalho.

Describing to the

The state of the s

Barting Strain

5

plulo aos direitos sociais, particularmente atinennm As Constituições modernas reservam tes às questões trabalhistas.

ade nos moiss è Physics of the state of the sta State Ments in s que tivem de

guido por força de luta persistente das entidades Tudo isso, porém, em grande parte foi conse-

> COODERAM OM! problemas take ente no tocate u nder às necesià.

O problema hoje é diferente. A dificuldade Etado na ordem econômica privada. Por forca io grande progresso da técnica, as empresas se diversificam, surgindo entre elas disparidades que maior incide sobre a autonomia das empresas, coa ordem jurídica não pode deixar de considerar. de intervenção desmedida no consequência

A empresa, como núcleo produtivo do país, não pode sossobrar. Há empresas grandes, médias téncia e melhor desenvolvimento de suas emempregados são os maiores interessados na subsise pequenas, com seus problemas específicos.

> s, sempre assisti The é feits pré

solução dese prpode atentar or-

eus membros coseis, Os sindishi

milias,

Deve o sindicato estimular o livre desenvolvimento das empresas, incentivando a melhor integação dos empregados em seus objetivos.

> conselhos são air LE EXETTED IN e às denominas

mponentes de la No que tou Reconhece-se o direito da empresa dirigir os dipação sempre que possível dos seus empregados. missivel que o sindicato ou qualquer outro agente Beus próprios negócios e interesses, com a parti-A autonomia da empresa é fundamental. Inadexterno substitua os seus naturais dirigentes.

apleta, es miss

Cumpre aos sindicatos atender aos interesses Sativa de apresentar reivindicações de caráter tra-Berais da categoria profissional. Além da prerro-

L'Fr. 51-6/671 balhista, cabe-lhe fornecer assistência social aos trabalhadores, inclusive de caráter juridico,

tivas e limitações que recaem sobre as entidades buir de maneira positiva para o melhor convivio Os dirigentes sindicais mais do que nunca devem ter consciência nítida e segura das prerrogaque dirigem. Só assim pode a entidade contri-

Não se esqueça que no Brasil é possível que judicialmente reivindicações salariais contra a categoria econômica inteira penho permite que os salárlos sejam fixados com base nas possibilidades reais dos diversos tipos de cu contra um grupo de empresas ou mesmo contra uma só empresa. Essa flexibilidade de desemsindicatos postulem empresas.

A instituição dos Conselhos de Empresa, nas nar, inclusive rescisão dos contratos de trabalho, seria de grande utilidade. Luiz José de Mesquita grandes cidades do Brasil, com finalidade discipliefetuou notáveis estudos sobre essa questão (LTr. 38/976-984; 43/1.097-1.101).

feridas pelo Conselho, evidentemente, não poderlam impedir que o interessado se socorresse da Justiça do Traba.ho, interpondo ação judicial, para obter As pendências disciplinares seriam, primeiro, solucionadas na própria empresa. As decisões proa decisão definitiva sobre a controvérsia.

As reclamações em sua quase totalidade, seriam resolvidas na própria empresa, com gran-Adotada essa medida, haverla descongestionamento dos serviços afetos ao Judiciário Trabade vantagem para os interessados. Ihista.

E no caso de posterior propositura da ação judicial, as provas seriam facilitadas, com a reniessa dos dados e comprovantes ao Juízo.

cial não deve tardar por muito tempo. Os dias Seria de se desejar que tais medidas fossem aciotadas no Brasil. A adequação da empresa moderna às exigências decorrentes do progresso atuais, que estamos vivendo, correm muito pressa.